EXM.º SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO

, contribuinte fiscal n.º residente em , freguesia de concelho de com código postal - na qualidade de do prédio abaixo identificado, como prova com a documentação que anexa, vem requerer a V.Ex.ª, em conformidade com o disposto no artigo 9.º do regime jurídico da urbanização e da edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações, **licença administrativa para a realização da(s) seguinte(s) obra(s) de edificação**:

☐Operação de loteamento

☐Obra(s) de urbanização em área abrangida por operação de loteamento ou plano pormenor? Sim ☐ Não ☐

☐Trabalhos de remodelação de terrenos em área abrangida por operação de loteamento ou plano pormenor? Sim ☐ Não ☐

☐Obra(s) de construção / alteração / ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano pormenor? Sim ☐ Não ☐

☐Obra(s) de construção / alteração / ampliação em zona urbana consolidada, com as especificações constantes da alínea d) do n.º 4 do artigo 4.º do diploma de referência? Sim ☐ Não ☐

☐Obra(s) de conservação / reconstrução / ampliação / alteração ou demolição de imóveis:

- ☐Classificados ou em via de classificação
- ☐Integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação

☐Obra(s) de construção / reconstrução / ampliação / alteração exterior ou demolição de imóveis em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação

☐Obra(s) de reconstrução das quais:

- ☐Resulte um aumento da altura da fachada ou do n.º de pisos
- ☐Não resulte um aumento da altura da fachada ou do n.º de pisos

☐Obras de demolição de edificações que não se encontram previstas em licença de reconstrução

☐Obra(s) de construção / reconstrução / ampliação / alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública

☐Outras operações urbanísticas:

A obra de pretendia, destina-se a .

A obra será executada no prazo de meses e realizada no prédio inserido em área abrangida pelo Plano Diretor Municipal, situado no lugar de freguesia de , deste concelho, inscrito na matriz predial da freguesia de , concelho de , sob o artigo e com a descrição predial n.º da Conservatória do Registo Predial de .

A pretensão foi objeto de um pedido de informação prévia, ao qual foi atribuído o processo n.º / .

Para o efeito junta os seguintes elementos (selecione a caixa correspondente ao documento anexado):

☐**Suporte digital de todos os elementos que integram o presente pedido,** nos moldes do estabelecido pelo RMUE;

☐**Declaração de Conformidade do Formato Digital**;

☐**Documentos comprovativos da qualidade de titular** de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, se aplicável;

☐Fotocópia de **Certidão** da descrição e de todas as inscrições em vigor, **emitida pela conservatória do registo predial** referente ao prédio ou prédios abrangidos;

☐**Ficha com os elementos estatísticos (Q1),** previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho

☐**Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos,** incluindo o de loteamento e os projetos de obras de urbanização, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto no Anexo III, I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações, acompanhados de:

- ☐Assinatura(s) reconhecida(s) nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do(s) cartão(ões) de cidadão;
- ☐Declaração(ões) ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do(s) técnico(s) autor(es) do(s) projeto(s);

☐**Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto,** quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto no Anexo III, II da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações, acompanhado de:

- ☐Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão;
- ☐Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do técnico coordenador de projeto ;

☐**Termo de responsabilidade de técnico autor do projeto de condicionamento acústico,** que ateste da conformidade da operação urbanística com o Regulamento Geral de Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, acompanhado de:

- ☐Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão;
- ☐Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do técnico;
- ☐Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral de Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, nos termos da alínea h) do n.º 13 da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril;

☐Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações;

☐**Memória descritiva e justificativa**, contendo:

- ☐Área objeto do pedido;
- ☐Caracterização da operação urbanística;
- ☐Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
- ☐Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;
- ☐Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamento aí existentes;
- ☐Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos;
- ☐Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas.

☐**Quadro sinóptico** identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o n.º de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis;

☐**Calendarização da execução da obra**, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;

☐**Extratos das plantas de condicionantes e de ordenamento do PDM**, fornecidas pela Câmara Municipal, com a delimitação da área objeto da pretensão;

☐**Planta de localização e enquadramento, esc. 1/10 000,** fornecida pela Câmara Municipal;

☐**Levantamento topográfico**, sempre que haja lugar à alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano);

☐**Planta de implantação**, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, **planta dessas alterações;**

☐**Planta da situação existente, à escala de 1:1000 ou superior**, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infraestruturas existentes;

☐**Planta síntese do loteamento, à escala de 1:1000 ou superior**, indicando a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, as redes de abastecimento de água e de saneamento, de energia elétrica, de gás e de condutas destinadas à instalação de infraestruturas de telecomunicações, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação e construção, número de pisos acima e abaixo da cota de soleira e número de fogos, com especificação dos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, e a localização dos equipamentos e das áreas que lhes sejam destinadas, bem como das áreas para espaços verdes e de utilização coletiva;

☐**Planta com identificação dos percursos acessíveis, detalhes métricos, técnicos e construtivos e uma peça escrita descrevendo e justificando as soluções adotadas**;

☐**Planta com identificação das áreas de cedência para o domínio municipal**, a qual será vertida para a planta do cadastro predial a apresentar após a conclusão da operação;

☐**Simulação virtual tridimensional**, nos casos em que seja exigida discussão pública;

☐**Plano de acessibilidades** que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado de:

- ☐**Termo de responsabilidade do seu autor** que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias de seu artigo 2.º;
- ☐Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão;
- ☐Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do técnico autor do plano.

☐**Outros:**

Pede deferimento,

**Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou com assinatura digital qualificada, referindo o n.º do CC/BI e validade.

Consentimento prévio, para receber notificações através de telefone ou correio eletrónico, nos termos da legislação em vigor ☐ **Sim** ☐ **Não**

Póvoa de Lanhoso, ____ de _____ de _____

_____ **